

41º ENCONTRO ANUAL
23 A 27 DE OUTUBRO DE 2017
HOTEL GLÓRIA | CAXAMBU-MG

ANPOCS



GT19 O Rural no Brasil contemporâneo: questões teóricas e novos temas de pesquisa

Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia

Ligia Scarpa Bensadon

Resumo

A agroecologia emergiu nas últimas décadas como uma proposta inserida nas alternativas contra hegemônicas de desenvolvimento, expressando-se de forma ampla como movimento social, ciência, prática e um modo de vida. Diversas organizações de movimentos sociais e ONGs do campo agroecológico têm interlocuções na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A pesquisa buscou compreender a formação e organização política da ANA, entendida como uma rede com heterogêneos vínculos e atores sociais, criada em 2002 para promover formulações de políticas e intercâmbios entre organizações que atuam com agroecologia. O fio condutor da pesquisa seguiu a trajetória da ANA para entender de que maneira promoveu a agroecologia enquanto um problema público reconhecido e se expressou como uma rede social, tanto para fazer convergir posicionamentos e ações, quanto para se opor ao agronegócio e disputar políticas públicas. O estudo parte da reconstrução histórica do movimento agroecológico, desde os passos iniciais da agricultura alternativa até o espraiamento e defesa da agroecologia por atores e setores diversos. Como instrumentos metodológicos, realizamos entrevistas semiestruturadas, participação em eventos e análise de documentos diversos, tendo como referencial analítico as noções de redes sociais e movimentos sociais, com uma abordagem relacional. A ação em rede, mesmo no esforço da horizontalidade, expressou concentrações, controvérsias e dinâmicas de envolvimento diversas. Percebeu-se que foi orientadora dessa construção a relação com o Estado, buscada como meio para expansão da proposta política, em ciclos mais ou menos intensos, e articulando também distintos atores sociais para uma maior difusão da agroecologia. Desde os documentos, percebeu-se o esforço para a convergência política e no consenso em temas e discursos, com uma gestão de ONGs historicamente envolvidas. Já nas entrevistas, as visões heterogêneas emergiram, expressando perspectivas e estratégias políticas marcadas por tensões que permeiam os campos políticos, num espaço de encontro das diferenças em posições sociais e relações de poder. O estudo permitiu conhecer as relações e os processos sociais que geraram a formação da ANA, bem como sua forma de ação em rede e sua expressão como parte do movimento agroecológico. A ANA impulsionou o significado político da agroecologia como um *frame*, mobilizando atores, ações e propostas de uma nova utopia.

Palavras-chave: movimentos sociais, frame, agroecologia.

1. Introdução

Neste artigo analisamos a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 para formular propostas de políticas e promover intercâmbios entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações de movimentos sociais¹ que atuam no campo agroecológico. As aproximações que permitiram uma articulação como esta implicou entender o processo de aparecimento da agroecologia como um problema

¹ O termo organizações de movimentos sociais é utilizado pelas análises das oportunidades políticas, como em Tarrow (2009). Usamos esta expressão para diferenciar a análise de organizações da análise teórica dos movimentos sociais.

público (CEFAÏ, 2002) e a ação coletiva construída, e como estas questões se refletiram na formação e construção do campo agroecológico. As questões que nos orientaram analiticamente ao longo desse estudo foram: como a ANA se construiu como um ator coletivo e uma rede? Nessa caminhada, como trouxe a agroecologia enquanto um problema público e um *frame*²? (BENSADON, 2016).

O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), realizando então o acesso a dados primários, como entrevistas com diversas lideranças nacionais envolvidas com o movimento agroecológico, acesso a documentos da ANA e participação em alguns eventos nacionais, como reuniões e encontros.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em outros três capítulos, sendo que no próximo são destacadas algumas questões relacionadas à teoria dos movimentos sociais que ancoram a análise, articulando ator coletivo, *frame* e problema público. No capítulo seguinte detalha-se o processo de construção do movimento agroecológico e da ANA, permeando suas interfaces de convergências e divergências. E ao final são tecidas as considerações finais.

2. A abordagem a partir da teoria dos movimentos sociais

O termo movimento social possui uma multiplicidade de significados e foi problematizado por diversas vertentes teóricas³. Para este estudo, optamos por uma abordagem metodológica, ou seja, uma lente de análise para as práticas sociais

² Para a pesquisa utilizamos o termo *frame* em inglês devido à limitação na tradução do seu sentido para o português, como a noção pouco flexível de enquadramento. Dentre os autores que utilizam essa abordagem, citamos Snow e Scott (2010), Tarrow (2009), Cefaï (2002, 2008) e Cefaï e Trom (2008), Scott e Snow (2010) e Tarrow (2009).

³ Como a teoria de mobilização de recursos (OLSON, 1965), oportunidades políticas (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), novos movimentos sociais (TOURAINÉ, 2006), frames (BENFORD e SNOW, 2000; CEFAÏ 2002, 2008; SCOTT e SNOW, 2010), repertórios de ação coletiva (TILLY, 1999), resistência cotidiana (SCOTT, 2002; THOMPSON, 1998), reconhecimento (FRASER, 2007; HONNETH, 2003), relação com políticas públicas e democracia (BOURDIEU, 1990; OFFERLÉ, 1998) e redes de movimentos sociais (DELLA PORTA e DIANI, 2006; SCHERER-WARREN, 2008), dentre outros

pesquisadas, sem limitar a visão de movimento social ao âmbito organizacional e sem substancializá-lo (MELUCCI, 2001).

Esta pesquisa dialogou com a análise dos movimentos sociais para entender as heterogeneidades da ANA como um ator coletivo, as energias empreendidas para manter sua unidade em torno da agroecologia, motivadas pelas críticas e injustiças promovidas desde a modernização agrícola. Essa formação envolveu um campo de oposições, em especial frente ao agronegócio⁴, propondo alternativas, bem como um conjunto de bandeiras e temáticas articuladas à agroecologia, enquanto uma proposta de vida em sociedade, em discursos consensuados entre seus integrantes (MELUCCI, 2001).

A categoria movimentos sociais contribuiu para refletir como ocorreu a criação e manutenção da ANA, na medida do possível decompondo seus elementos de ação coletiva, para entender como se formou esse “nós”. O processo de avaliação e reconhecimento de identificação coletiva entre organizações se colocou desde o começo e também se refez em percepções interativas e negociadas das oportunidades e vínculos de ação. A unidade desse ator coletivo não é algo dado, mas resultado do intercâmbio, da negociação, das decisões e dos conflitos. Esta caminhada desencadeada em função de determinadas lutas sociais também incluiu tensões em relação a diferentes práticas, concepções e estruturas entre seus atores, e que sinalizaram os contornos dos consensos, da proposta política e sobre como os atores lidaram com suas diferenças nestes processos de ação coletiva.

Ao percorrer a construção histórica da ANA percebemos que ela se configurou como uma rede social, ao mobilizar relações, recursos e significados, buscando a “interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” sociais (SCHMITT, 2011, p. 92). A estruturação de relações e vínculos construiu a própria articulação.

Ao longo da pesquisa a abordagem relacional permitiu entender os atores em seus contextos de relações, influências, estrutura de vínculos, conflitos e alianças. A rede

⁴ O termo agronegócio ao longo dos documentos da ANA tem um sentido político. A proposta agroecológica explicita as consequências para a sociedade e a natureza do domínio da modernização da agricultura pelas elites agrárias, enquanto formas de geração e acumulação de capital.

social foi tanto o produto de uma conjugação entre ação orientada a fins, acaso e herança dos padrões de vínculo anteriores, quanto também foi compreendida pelas ações dos atores, da sua intenção em formar, manter e influenciar essa rede social (MARQUES, 2006, 2007).

O aparecimento da agroecologia partiu da construção das alternativas à Revolução Verde⁵, e a sua elaboração se relacionou com a construção de um *frame*, na medida em que formulou críticas, diagnósticos, procura de soluções e mobilização para a ação coletiva (BENFORD e SNOW, 2000). Resignificou conhecimentos populares e científicos, dando sentido e significado cognitivo para uma ação política. A ANA, como um ator coletivo organizado em rede, atuou diretamente para produzir estes consensos, articular, manter e difundir este novo *frame*, ou seja, anuncia, formula, negocia e constrói os contornos da agroecologia enquanto um problema público, tornando-se um dos seus porta-vozes. O problema público foi compreendido como parte do trabalho coletivo dos atores estudados para a identificação e reconhecimento da agroecologia, procurando transbordá-la para diversos espaços sociais de atenção pública e de ação prática (CEFAÏ, 2002).

Isso porque os movimentos sociais não apenas são portadores de ideias e significados, mas são agentes ativos na produção e manutenção de significados na sociedade para orientar e legitimar sua ação (BENFORD e SNOW, 2000). A agroecologia explicitou a construção dos *frames* enquanto uma ação processual e interativa que implica em agência e controvérsia pelos movimentos sociais, gerando interpretações e significados diferentes dos existentes, inclusive modificando-os.

A caminhada da agroecologia misturou novas e antigas questões desde a construção das tecnologias alternativas e das pautas pela reforma agrária, numa articulação de

⁵ A proposta da Revolução Verde teve início nos EUA e Europa, em especial depois da 1ª Guerra Mundial, no objetivo de modernizar a agricultura, com apoio do Estado. No Brasil, está presente desde a década de 1960 com o objetivo de ampliar a produtividade com uso de agrotóxicos, sementes modificadas, mecanização e monocultivos em larga escala, para geração de excedentes pela exportação. Isso gerou, por exemplo, a perda e diminuição da biodiversidade, dependência do modelo produtivo junto das empresas fornecedoras e compradoras, geralmente multinacionais, processos de endividamento e perda de autonomia dos agricultores, morte e contaminação do meio ambiente. Tal processo também é colocado como “modernização conservadora”, pois manteve e acentuou o quadro de concentração fundiária e econômica, e ainda, com forte carga ideológica quanto a inevitabilidade do modelo, atuando diretamente na formação agrônômica. Para uma visualização mundial dos efeitos Molina (2009).

framings que conectaram eventos, experiências e códigos morais que se unificaram em determinados caminhos, formando uma nova linguagem. O resultado da agroecologia nessa perspectiva não seria a originalidade de elementos ideológicos, mas captar a “maneira que eles são emendados e articulados, de tal modo que um novo ângulo de visão, interpretação e entendimento é fornecido” (SCOTT e SNOW, 2010, p. 329). Buscamos entender essa base de apoio, os novos temas no discurso, valores e públicos desse problema público e as dinâmicas interativas na construção do *frame* agroecológico (CEFAÏ e TROM, 2008), e como ocorreu a configuração desse quadro interpretativo agroecológico entre distintas organizações sociais (TARROW, 2009) que explicam porque os atores se engajaram nesta ação coletiva.

Além disso, a relação dos movimentos sociais com o poder público é, senão central, constitutiva do seu surgimento e formulação. No caso da agroecologia essa interlocução foi permanente, reivindicando políticas públicas e o reconhecimento da agroecologia como objeto de ação do poder público. O confronto político encampado pela ANA travou-se no âmbito institucional em estratégias não-violentas (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), ainda que questionada por alguns dos seus integrantes. E mais do que isso, a ANA orientou sua confrontação para a valorização do trabalho diário dos agricultores familiares agroecológicos, no sentido de uma resistência cotidiana (SCOTT, 2002).

3. A emergência do movimento agroecológico

O espriamento da agroecologia retrata o processo de construção de *frames*, não apenas no sentido da sua formulação pelos movimentos sociais, mas das dinâmicas interativas dos atores e da busca pelo compartilhamento e recriação destes significados, ou dos seus denominadores comuns entre múltiplas organizações (CEFAÏ e TROM, 2008). Isso porque, conforme visualizado,

o potencial de convicção e mobilização de um movimento social depende de suas estratégias de agregação e de consenso, de suas táticas de inovação, de delimitação e de enfrentamento e também da capacidade dos poderes públicos de traduzir suas reivindicações em dispositivos legais ou institucionalizá-las em políticas públicas, ou ainda, no equilíbrio entre os argumentos opostos e sua visibilidade para os meios massivos (CEFAÏ e TROM, 2008, tradução nossa).

Retratando brevemente esse processo, a difusão da agroecologia foi antecedida pela construção da agricultura alternativa, em especial na década de 1980, impulsionada pela interação entre elementos diversos como: as lutas sociais pela redemocratização do país, a crise do sistema convencional de produção, com contaminação, endividamento e resistência dos agricultores, além do crescimento da preocupação ambiental na interação entre as escalas internacionais e locais⁶.

A formulação e explicitação das críticas à Revolução Verde partiu de intelectuais e agrônomos com uma maior expressão nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) na década de 1980, enquanto espaço pioneiro de intercâmbio e contestação do modelo agrícola, em plena ditadura militar. Além disso, outro ator histórico nesse período foi o Projeto de Tecnologias Alternativas ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (PTA/Fase) que promoveu a identificação, reconhecimento e articulação de experiências de agricultura alternativa em diversas regiões do país, protagonizada por militantes com conexões em redes internacionais e a contratação de agrônomos.

A agricultura alternativa permitiu uma identificação simbólica entre causas, consequências e levantamento de soluções à modernização da agricultura e, ainda que não se consolidasse como um ator coletivo, por uma série de clivagens durante os EBAAs, teve o inicial protagonismo desde as redes no interior da agronomia com uma crescente entrada e adesão de novos atores, articulando pautas e questões históricas, como a reforma agrária e procurando, no caso do PTA/Fase, a adesão de atores que pudessem ampliar o alcance da proposta, como os agricultores e as organizações dos movimentos sociais.

A noção de rede estava presente quando do projeto PTA/Fase: com seu desenvolvimento e expansão por equipes pelo país, reformulou sua atuação como Rede PTA, no objetivo de ampliar a proposta da agricultura alternativa e gerar maior autonomia para as dezenas de ONGs envolvidas. Depois, já no final dos anos 1990, a Rede PTA ainda verifica sua baixa capacidade de interferência no cenário nacional, numa atuação limitada às ONGs, desencadeando então a preparação e mobilização para um

⁶ Por exemplo, os intercâmbios dos agrônomos com as questões internacionais e sua ação no âmbito local com agricultores ou os efeitos locais desde os debates promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

encontro nacional, na expectativa de maiores adesões ao problema público que encampava.

A incorporação da noção da agroecologia ocorre no final da década de 1980, nas interações da Rede PTA com atores latino-americanos, como o Consórcio Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades), com a referência inicial do pesquisador e agrônomo Miguel Altieri, o que amplia o campo discursivo para a área científica, a dimensão cultural e ambiental, e se articula com os processos históricos das lutas no campo e da agricultura alternativa.

A agroecologia afirmou-se como referência conceitual principalmente desde a década de 1990, com o amadurecimento da análise ecológica da agricultura e da consciência ambiental, abarcando diferentes áreas do conhecimento como as ciências agrícolas, ecologia e o desenvolvimento rural. Incorporou, no caso do Brasil, pautas amplas e históricas dos movimentos sociais rurais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher e da biodiversidade, educação, construção de novos mercados e juventude. Ampliou os elementos técnicos e incorporou aspectos políticos e valorativos, seja na relação dos homens e mulheres entre si, seja dos seres humanos com a natureza e também no campo científico. E, nesse sentido, a agroecologia se coloca não só como um campo do conhecimento, mas também como outra forma de vida em sociedade e com a natureza.

Até a década de 1990 a maior reivindicação das organizações dos movimentos sociais era pela mera inclusão produtiva com apoio do Estado, apesar das críticas sobre a inadequação da modernização agrícola aos pequenos agricultores. A pauta da agroecologia nessas organizações aparece na maior parte nos anos 2000, fruto de interações, renovações discursivas, embate com o agronegócio, efeito dos agrotóxicos e das suas próprias experiências produtivas agroecológicas. Isso ocorreu principalmente na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e seguiu por caminhos diferentes no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com lastro nas experiências anteriores dos outros movimentos, trazendo a agroecologia de modo mais fundante com sua criação em meados dos anos 1990. Nos movimentos de mulheres a incorporação da agroecologia se

articula com sua histórica pauta ambiental e pela autonomia das mulheres agricultoras. Essa absorção gerou um ciclo de reivindicação dessas organizações junto da agroecológica e fortaleceu a coalizão e a identidade em torno dela (McADAM, TARROW e TILLY, 2009).

O encontro e mobilização de atores distintos, como entre assessores, militantes e agricultores, potencializou um novo quadro de lutas desde a negação da modernização agrícola e dos conflitos fundiários, ampliando as redes e a proposta política, o que contribuiu no processo de formação de uma vontade coletiva. A adesão à agroecologia foi fruto de reformulações de cada organização de movimento social, numa interação permanente e reflexiva. Isso envolveu reconhecer e recobrir na noção da agroecologia elementos científicos e técnicos de produção, viabilidade econômica para a agricultura, mudanças culturais e interação entre o saber popular e o científico. A formulação da agroecologia como problema público envolveu controvérsias e focos distintos por estes atores, e depois, na ressonância que a questão teve frente ao restante da sociedade, a partir de uma argumentação que procurou convencer públicos e solicitar seu engajamento (CEFAÏ e TROM, 2008).

3.1 A criação da Articulação Nacional de Agroecologia

A crescente difusão da noção da agroecologia favoreceu a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia em 2002, promovida inicialmente pela então Rede PTA que convocou diversas organizações de movimentos sociais e grupos acadêmicos já sensibilizados com a pauta, formando uma comissão organizadora⁷. Este encontro iniciou o aprofundamento da dimensão política e não apenas técnica de produção agroecológica, em direção a propostas de desenvolvimento e mudança social, promovendo também a autoidentificação dos atores da agroecologia, como agricultores familiares, lideranças de

⁷ ONGs: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Fase, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA) e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); Movimentos sociais: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Contag, Feab, Fetraf-Sul, MPA e MST; Redes Articulação do Semiárido (ASA Brasil), Rede Cerrado e Rede Ecológica de Agroecologia; Grupos acadêmicos Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária da Universidade Federal do Mato Grosso (Gera-UFMT) e União Nacional Escolas da Família Agrícola do Brasil (Unefab) e organização vinculada à Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

movimentos sociais, pesquisadores, extensionistas e assessores. Realizou-se também um diagnóstico inicial sobre as condições e reivindicações sociais destes atores, procurando influenciar o contexto das eleições federais e estaduais da época.

Após o I ENA, ainda em 2002, por decisão da sua comissão organizadora, forma-se a ANA, uma expectativa explicitada já durante o próprio I ENA. A ANA então passa a congrega a comissão organizadora do I ENA e inicia suas primeiras atividades em Grupos de Trabalho, em temas de interesse das organizações, como: construção do conhecimento e assistência técnica, conservação e biodiversidade, mulheres, financiamento da transição agroecológica e soberania e segurança alimentar.

De forma mais propositiva do que até então a pauta da agroecologia indicava, a criação da ANA permitiu e buscou uma maior ação coletiva dos atores da agroecologia, cuja trajetória visitada mostra uma contínua construção sobre oportunidades políticas, a partir da leitura compartilhada de cenários a cada conjuntura política, no objetivo de mobilizar consensos e ações (CEFAÏ e TROM, 2008).

Em 2006, também em um período eleitoral, realiza-se o II ENA que aprofunda as iniciais questões que fundamentaram a coesão da ANA, desde a oposição ao agronegócio em uma crítica que permitiu a união dos atores e um jogo crescente de distinção (BOURDIEU, 1990). Aquele momento também expressou a pressão e as expectativas sobre as políticas públicas para a ampliação da proposta agroecológica, dada a oportunidade de interferência e construção junto aos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT).

A ANA desde seu início expressou-se como formuladora de políticas com uma interface socioestatal, em relações com o Estado fora dos espaços formais entre Estado e sociedade civil (ALMEIDA et al., 2014), o que não excluiu sua participação em conselhos e outros espaços de negociação direta com o governo. Essa relação incluiu as tensões entre autonomia e integração com os governos federais sob gestão do PT e, de outro lado, isso também favoreceu a articulação do campo agroecológico, o acesso às políticas públicas e uma maior capacidade de difusão da agroecologia enquanto problema público. Caminharam então numa cooperação conflituosa junto ao Estado (CHECHI, 2017).

Na sua trajetória, a ANA inicialmente procurou ser um espaço de encontro e troca entre atores políticos, e foi de modo crescente se legitimando como ator político, com poder de coesão e ressonância no campo agroecológico, representando uma força política. Isso em especial a partir da sua maior interlocução com as políticas públicas e na mobilização dos ENAs, o que, de outro lado, pressionou internamente por ações mais diretas da própria ANA.

As organizações e coletivos que integravam a ANA em 2016 eram: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), ASA Brasil, CNS, Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, CPT, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), Contag, Feab, Fetraf, Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, Unefab, MPA, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), MST, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Rede Cerrado, Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (Remera), Rede Ecovida, Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (Rega), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)⁸. Há ainda as redes estaduais e regionais de agroecologia, dentre as quais: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj), Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Articulação Paulista de Agroecologia (APA), Grupo de Intercâmbio em Agroecologia, no Mato Grosso (Gias), Projeto Terra sem Males, Rede ANA Amazônia, Rede Juçara, Rede Maniva de Agroecologia (Rema), no Amazonas e Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Essa diversidade de organizações expressa uma grande abrangência de articulação pelas regiões, contextos, identidades e biomas. Incluem-se também as diversas ONGs que atuam na ANA, como as que integram seu Núcleo Executivo: AS-PTA, CTA-ZM e Fase, que dentre outras ONGs, estão presentes desde a Rede PTA.

Além do Núcleo Executivo que operacionaliza, modera e acompanha as atividades da ANA, seus outros espaços são: Secretaria Executiva, organizando sua dinâmica cotidiana e seus projetos; os diversos Grupos de Trabalho formados por temas e pautas de interesse, além de sua Plenária Nacional, reunindo a diversidade de atores que compõe a ANA.

De modo mais recente, articulações de outros campos temáticos passaram a integrar suas reuniões nacionais, frente ao seu objetivo de novas adesões para o *frame*

⁸ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

agroecológico, como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas (Apoime), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), MMM e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁹.

3.2 Interfaces: confluências e divergências na Articulação Nacional de Agroecologia

A partir do acesso e análise das reuniões nacionais da ANA, percebemos as relações entre atores da sociedade civil e destes com as políticas públicas, numa repetição argumentativa que procurou mobilizar consensos. A ANA se mostrou como difusora da proposta agroecológica, selecionando novos aliados e temas que pudessem fortalecer seu objetivo, ampliando o alcance da rede social da agroecologia.

As reuniões mostraram um dos seus modos de ação e forma metodológica ao partir de análises e avaliações, a exemplo das conjunturas eleitorais, procurando influenciar as futuras gestões federais. As contradições percebidas junto aos governos federais forjou o caminho para a interlocução com outras organizações da sociedade civil, como nos temas da saúde coletiva, mulheres, justiça ambiental e economia solidária, percebendo-se suas sobreposições e predisposições ao envolvimento com a agroecologia. Isso culmina na realização do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em 2011, promovendo traduções e inteligibilidades recíprocas entre diversas organizações, partindo da crítica ao modelo de desenvolvimento dominante (SANTOS, 2002). Isso reformula a construção agroecológica que, se antes ancorava sua oposição com o agronegócio, passa então a evidenciar o conflito de forma mais ampla com o modelo capitalista de desenvolvimento, o que facilitou a aproximação da ANA com novos atores e lutas sociais.

Percebemos a existência de ciclos de maior interlocução junto ao governo, como na abertura do governo para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) desde 2012 e, de outro, no aprofundamento das interfaces com a sociedade civil, como na publicação do “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde¹⁰”. Estes ciclos não foram excludentes, mas relacionais entre as

⁹ Fonte: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 09.02.2016.

¹⁰ Dossiê disponível em: <http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>. Foram lançadas quatro partes do dossiê, a primeira relacionada ao tema da saúde, buscando focar nas causas dos problemas e priorizar a

tensões sobre prioridades, resultados e condições de ação da ANA. Houve uma crescente percepção sobre o esgotamento do atendimento parcial das demandas provocadas para a agroecologia frente ao apoio estatal com o fortalecimento do agronegócio e as dinâmicas de concentração de capital.

Isso também ocorreu no III ENA, em 2014, que aprofundou as formas, canais, público, linguagens e ferramentas da comunicação agroecológica, desde sua questão mobilizadora: “Porque interessa à sociedade apoiar à agroecologia?”, e que contou com a presença de diversas redes, temas e organizações da sociedade civil no evento e na sua preparação. Assim como nos outros ENAs, os temas dos encontros procuraram influenciar as políticas públicas e a gestão da vida em sociedade, expressando os consensos em cartas políticas que se revestiram como um ato que institucionalizou e oficializou as afirmações públicas, com a presença de representantes governamentais no evento.

Esse encontro evidenciou de forma explícita o processo de identificação mútua e dramatúrgica da ação coletiva agroecológica, na marcação de um “nós” e um “eles”, entre os públicos simpatizantes e oponentes da agroecologia, quando os problemas são convertidos em problemas públicos em uma arena política e em processos de comunicação pública (CEFAÏ e TROM, 2008). Isso se colocou não apenas para o âmbito externo, mas interno da própria agroecologia, o que fortalece a identidade do próprio movimento agroecológico.

Em todos os encontros nacionais, como os ENAs, documentos e proposições da ANA procurou-se evidenciar a agroecologia através das suas experiências práticas pelos seus protagonistas, agricultoras e agricultores, que de modo crescente foram o principal público daqueles eventos. Buscaram então, num processo de mobilização e organização nacional, fornecer credibilidade empírica, congruência semântica e maior aderência na construção deste *frame* (BENFORD e SNOW, 2000; CEFAÏ e TROM, 2008). Os ENAs também se constituíram como um repertório político (McADAM, TARROW e TILLY, 2009), no sentido de ligar reivindicadores com os objetos de reivindicação, ao ser um

implantação do Pnapo. A segunda com o tema do meio ambiente, a terceira sobre o conhecimento popular, construindo uma ecologia de saberes. E a quarta sobre a agroecologia. O dossiê também foi impulsionado com a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela vida, uma estratégia de trazer pessoas do campo e da cidade para o debate, mobilizando também o campo da ciência (ANA, 2012c).

momento de encontro desses atores e de ações públicas ali realizadas, como a feira de trocas de sementes, marchas e no último ENA com ocupações públicas.

Os documentos acessados da ANA expressaram o esforço do consenso e das posições coletivas, construindo para fora sua visão como ator coletivo. Buscaram na ciência, na comunicação e na mídia formas que legitimassem os seus discursos e interpretações de mundo, de forma que promovesse o reconhecimento público da agroecologia.

A partir das entrevistas abordamos com mais atenção os dilemas e confrontos existentes na articulação, dentre diferentes concepções, estratégias de ação, relações de poder e as interfaces na rede da ANA. As entrevistas mostraram posições dissonantes e as heterogeneidades, refletindo as posições sociais e institucionais, como das ONGs e das organizações dos movimentos sociais. Para a compreensão destes discursos nas suas referências político-ideológicas e na capacidade de ação política, verificamos diversas matrizes discursivas dos atores, como: religiosa (como a referência da Teologia da Libertação), racionalidade produtiva, marxista, sindicalista e científica. Matrizes estas que também se relacionam e se entrelaçam.

As concepções de agroecologia expressadas pelos atores entrevistados mostraram vários ângulos de atuação, entre escalas e expectativas pessoais, culturais, econômicas e políticas, que remetem a existência de várias agroecologias, no seu plural. Numa tentativa de sistematização foram percebidas sete ângulos da proposta agroecológica, não necessariamente excludentes entre si, como: 1) a perspectiva de ação com maior escala e confrontação violenta, inserida na formação de uma classe ou movimento social; 2) valorização do acesso aos mercados com produtos de maior valor agregado; 3) cultura e valor de resistência das experiências; 4) ação política que se contrapõe ao agronegócio, busca a autonomia dos agricultores e o fim da opressão contra a mulher; 5) formação de redes sociais e econômicas para sobrevivência e manutenção dos agricultores; 6) perspectiva científica e tecnológica da agroecologia para a mudança no padrão da produção alimentar e na dinâmica de redes de produção do conhecimento; e ainda, 7) estilo de vida e uma utopia. Estas perspectivas são então colocadas em contato na ANA, entre mundos diversos.

Outro elemento visualizado foi que a tênue articulação entre os atores na ANA se explicitou na ausência de mecanismos próprios de ação e de vinculação entre as

organizações e as escalas, com fluidos e heterogêneos envolvimentos. As conexões mais fortes ocorreram entre as ONGs que historicamente promoveram a pauta agroecológica, desde a Rede PTA. A abstração em torno da organização em rede explicitou entre os atores entrevistados expectativas sobre a necessidade da sua pactuação em objetivos compreendidos pelas suas partes e na efetividade dos discursos. Quanto maior a extensão comunicativa ou o alcance pretendido por este ator coletivo, possivelmente maiores as dificuldades em entender, enxergá-lo e se sentir parte dele.

A análise de redes não remeteu apenas a expectativa de horizontalidade, mas envolveu diferenças no acesso a informações, recursos, circulação, linguagem e poder político, ou seja, ao perceber seus graus de segmentação, centralização e dispersão, bem como relações de mediação entre redes de pessoas e organizações (CEFAÏ, 2011). Isso se materializa em tensões entre posições sociais de técnicos e agricultores, e de ONGs e organizações de movimentos sociais. A especialização política das ONGs com a proposição e acolhimento da ANA gerou seu maior atrelamento na articulação: os atores não se dedicaram da mesma forma, nem com as mesmas condições. Isso por sua vez também expressou tensões entre representação e legitimidade no interior da ANA.

Ao longo da trajetória vista, sua existência foi condicionada a objetos articuladores e problemas que animassem as interações e relações entre os atores (como os ENAs, Campanhas como contra os agrotóxicos e pela vida e a construção da Pnapo), o que também expressou questões sobre como seria sua operação em rede frente à pressão por resultados. Isso evidenciou dilemas sobre sua forma de ação, se numa posição mais negociada, como foi o que demonstrou, versus a ação direta de modo conflitivo contra o agronegócio ou na ação direta na parte produtiva e econômica em experiências agroecológicas. Essas diferenças expressaram as fronteiras entre as mudanças sociais defendidas pelos diferentes atores e as tensões quando numa dinâmica que se pretende diferente dos moldes hierárquicos tradicionais. Tais tensões não geraram rupturas, ainda que com envolvimentos e engajamentos distintos, e permitiram o diálogo, o reconhecimento e a troca.

A relação com o Estado influenciou sua trajetória e atuação desde a oportunidade de construir políticas públicas nas gestões do PT, como visto no I ENA em 2002 e nos ENAs seguintes. Buscou ser uma interlocutora legítima com as políticas públicas,

percebendo também os riscos no atrelamento excessivo com seus tempos e pautas, mas impulsionada pelo próprio reconhecimento da agroecologia como objeto de política pública. Utilizou então a estratégia de oportunismo político (OFFE, 1984), com ganhos em curto prazo frente à assimetria de poder na relação com as políticas públicas e o agronegócio, refletindo a pressão sobre a adesão neste jogo político. Se de um lado, a ANA se desenvolveu dentro de limites colocados por estruturas prevalecentes de oportunidade política, de outro, também alterou as estruturas de oportunidade, em especial ao consolidar uma identidade política em torno da agroecologia (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). Nesse sentido, o confronto político colocado pela ANA seguiu, de acordo com Tarrow (2009), uma reação às mudanças nas oportunidades e restrições políticas, recorrendo a ações baseadas em densas redes sociais e estruturas conectivas frente aos opositores do agronegócio, o que encorajou novos adeptos ao movimento agroecológico.

4. Considerações finais

Conforme visto ao longo da pesquisa, a construção do campo agroecológico partiu de uma mudança molecular nas redes da agronomia e seguiu sua difusão para outros campos sociais. Percebemos os elementos, vínculos e atores nas relações desta rede social, que buscaram construir, a partir de uma prática cognitiva, uma vontade coletiva (CEFAÏ e TROM, 2008). A construção desse movimento social não partiu de um interesse localizado, mas formou-se no interior de uma rede de laços interpessoais que foi ganhando novos públicos e conexões (McADAM, TARROW e TILLY, 2009).

A abordagem dos movimentos sociais permitiu perceber que a construção deste ator coletivo que não foi homogêneo, expressando ambiguidades e heterogeneidades; teve o agronegócio como seu principal opositor anunciado, na construção de um campo de conflitividade; aproveitou as oportunidades políticas e interfaces para aumentar seu poder político, a exemplo da construção de políticas públicas e da vinculação com as organizações ligadas a saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental, feminismo e soberania e segurança alimentar.

A ANA se colocou como formuladora e difusora da agroecologia, sem expressar descontinuidades entre os movimentos sociais e a política institucional, apontando

escolhas estratégicas frente aos seus recursos, oportunidades e restrições (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). Articulou elementos de justiça, moralidade e respeito às diversidades sociais. A cada nova interface a agroecologia foi se ressignificando com o alcance de novos públicos e adesões identitárias, procurando pontes semânticas com traduções negociadas, expressando-se como uma rede de influência, modificando e ajustando seu *frame* de ação coletiva de acordo com o público alvo (BENFORD e SNOW, 2000). A pluralidade de interpretações da agroecologia não importou tanto, quanto os arranjos políticos permitidos por essa bandeira política, alargando demandas sociais históricas por mudança social e permitindo a coesão na ANA, nos termos de uma influência política conjunta (TARROW, 2005).

A noção de agroecologia foi o principal elemento de coesão entre atores diversos, sendo que a própria ANA atuou diretamente nesta elaboração. Esse sentido construiu uma proposta de desenvolvimento, recobrando vários temas sociais, não restritos aos aspectos produtivos. Buscou assim externalizar o *frame* da agroecologia como um problema público, desde mediadores como as representações políticas participantes da articulação, pela criação de meios próprios de comunicação e na realização de eventos nacionais, como os ENAs. Mesmo sem se colocar como um termo ambíguo, percebemos os múltiplos significados e controvérsias da agroecologia para os atores entrevistados, o que contribuiu para criar uma unidade provisória entre movimentos heterogêneos em processos de mobilização e alianças de um campo multiorganizacional (MISCHE, 2002).

Essa construção expressou a agroecologia como um *frame*: partindo do diagnóstico e da identificação do problema desde as consequências da modernização agrícola e depois com o agronegócio; criou prognósticos que levantaram reivindicações e possíveis alternativas desde a agricultura alternativa, com a atração de novos atores, como as redes e organizações de movimentos sociais, o campo acadêmico e as políticas públicas e, então, procurou operadores para a ação coletiva, traduzindo pontes dialógicas entre universos sociais que motivassem à adesão a agroecologia, num processo dinâmico desta elaboração. Os diversos elementos do contexto sociocultural interferiram neste *framing processes*, seja por constrangê-lo como o avanço da pauta do agronegócio com o apoio estatal, seja por facilitá-lo, como a oportunidade com a construção da Pnapo, a interferência nos períodos eleitorais e a maior ressonância desde as preocupações com a saúde e o meio ambiente na sociedade (BENFORD e SNOW, 2000).

Neste sentido, “os costumes e a revolta são tecidas a partir de uma mistura de fibras herdadas e inventadas nos *frames* de ação coletiva em confrontação com oponentes e elites” (TARROW, 2009, p. 118). De outro lado, a elasticidade e o amplo escopo dado ao *frame* agroecológico pode enfraquecer sua proposta e significado, ou mesmo banalizá-lo, recobrando extensas exigências dos atores no seu processo de contestação e pelas disputas e desagregações internas que lhes são características. Também porque as pontes geradas entre os atores que então se integraram à ANA, desde uma congruência com a agroecologia, envolveram universos distintos, inclusive com perspectivas políticas em tensão, mas que não causaram paralisações na sua capacidade de ação coletiva, ainda que com diferentes e fluidos envolvimento na ANA. Ao mesmo tempo, essa experiência pode se aproximar da construção de um *master frame* (BENFORD e SNOW, 2000) por ser genérico e flexível, acionado em diferentes situações e objetivos, buscando lograr ressonância no meio social ao ser conectado com determinadas conjunturas e atores políticos.

A atração de novos adeptos e temas que incorporaram a pauta agroecológica ocorreu explicitamente em algumas interfaces, por exemplo, se na agricultura alternativa denunciava-se as contaminações do modelo agroquímico, com a agroecologia essa denúncia passou a ser articulada com um discurso qualificado cientificamente junto a instituições de pesquisa nacionais, como Universidades, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) que comprovaram tecnológica e cientificamente as mortes e contaminações com o uso dos agrotóxicos. Da mesma forma, a busca pela articulação com os movimentos sociais rurais que trazem a pauta pela reforma agrária fortaleceu a agroecologia, em especial na sua disputa pelos territórios e nos desafios para sua ampliação produtiva, dado o restrito acesso e permanência territorial da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais pelo país. Nos movimentos de mulheres a agroecologia já era presente nas práticas das agricultoras que inseriram de forma irredutível as questões sobre violência contra mulher e a equidade de gênero no campo agroecológico.

A perspectiva interacionista do *frame* agroecológico foi evidente também nas mobilizações pelas políticas públicas, quando a pressão pela pauta foi acionada com maior ânimo nos períodos pré e pós eleitorais, permitindo uma maior densidade política e social para a construção de um Brasil Agroecológico. Ou ainda, nos momentos de crise e

questionamento do sistema social, a exemplo das contestações mundiais desde 2011 e o crime na Bacia do Rio Doce em 2015, que para além das denúncias das situações, a agroecologia foi reafirmada como alternativa de desenvolvimento.

Toda essa mobilização coletiva dos atores públicos teve diversas consequências pragmáticas, para além de constituir o movimento social agroecológico, dentre elas a construção de políticas públicas de agroecologia, a exemplo dos processos da Pnapo e dos Planos Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos) em dois períodos (2013-2015 e 2016-2019), e ainda, ao politizar diversas dimensões da vida individual e coletiva e estabelecer um novo campo para a ciência e a tecnologia no âmbito do sistema alimentar e na produção de conhecimentos. Seguindo Cefaï (2011), a ANA remodelou os campos de experiências ao promover inovações institucionais, lançando a agroecologia como um novo problema público e buscando sua efetivação em dispositivos de ação pública.

Na atual conjuntura de ruptura do processo democrático e ataques aos direitos sociais, com as tensões de uma nova agenda neoliberal, abre-se outro momento político para os atores da ANA, as quais podem ou não potencializar a confluência política entre as suas organizações e pressionar por práticas democráticas e participativas, ou ainda, frente ao recuo de oportunidades políticas no âmbito institucional, o que pode novamente modificar a construção deste *frame* agroecológico.

Por fim, nesta experiência a agroecologia se configurou como mito, aproximando-se dos efeitos sociais de uma utopia e de um sonho politicamente mobilizador, frente aos conflitos e interesses que se revestem do termo. Saída da realidade social, recria-se com ela, formando uma nova utopia (GIRARDET, 1987).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. S. COMERFORD, J. PALMEIRA, M. O mundo da participação e os movimentos sociais rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. HEREDIA, B. M. e LOPES, J. S. L. (orgs.). Rio de Janeiro: CBAE, 2014, pp. 67-88.

BENFORD, R. SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. **Annu. Rev. Sociol.** 2000, 26:611-639.

BENSADON, L. Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. Dissertação de Mestrado CPDA/UFRRJ, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Bourdieu, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Diffel, 1990, cap. VII.

CEFAÏ. Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático. In: CEFAÏ, D; JOSEPH, I. **La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo**. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2002, pp.51-81.

_____. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. In: **Revista de Sociología**, n. 26, Universidad de Chile, 2011.

CEFAÏ, Daniel e TROM, Danny. Los marcos de la acción colectiva. Definiciones y problemas. In A. Natalucci (ed.) **Sujetos, movimientos y memorias. Sobre los relatos del pasado y los modos de confrontación contemporaneos**, La Plata, Al Margen, 2008.

CHECHI, A. Letícia. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a construção da PNAPO e Planapos: um estudo sobre a relação de movimentos e organizações sociais e Estado. In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017.

GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARQUES, Eduardo C. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun 2007, pp. 157-161.

_____. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, fev. 2006, pp. 15-41.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. In: **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In DIANI, M, MCADAM, D. (eds.) **Social Movement Analysis: The network perspective**. Oxford University Press, 2002.

OFFE, Claus. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de representação. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Out. 2002: 237-280.

SCHMITT. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, pp. 82-112.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, 21, nº1, jan-jun., 2002.

SNOW, David A. SCOTT, Byrd C. Ideology, framing processes, and Islamic Terrorist Movements. In: **Reading on Social Movements: origins, dynamics and outcomes**. New York, Oxford, Oxford University Press, 2aed, 2010.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes, 2009.

_____. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.